

DO SUL GLOBAL PARA O MUNDO: O BRASIL COMO EIXO ENTRE PORTUGAL, CHINA E ÁFRICA

JOÃO SANTOS PINTO. Diretor CCILB – Câmara de Comércio e Indústria Luso Brasileira. Advogado, Sócio da CVSP Advogados.

Resumo (Layout)

...o Brasil criou em Xangai a sua primeira representação consular permanente na Ásia. Esse gesto, aparentemente distante, mostra como desde cedo havia a percepção de que a China, mesmo ainda afastada dos circuitos ocidentais dominantes, seria um parceiro estratégico. Um século e meio depois, essa aposta revelou-se profética. A China tornou-se o centro industrial do mundo, e o Brasil transformou-se num fornecedor de recursos agrícolas e minerais cruciais. A ligação histórica ajuda-nos a perceber que este diálogo não nasce de improviso, mas tem raízes profundas...

O Brasil de hoje é uma potência média com impacto global...

A China, por seu lado, assenta a sua estabilidade interna na lógica da prosperidade económica... Nesta lógica, o Brasil é fornecedor privilegiado. Desde 2009, a China é o seu maior parceiro comercial... O desafio central é transformar essa procura em motor de desenvolvimento interno...

A política norte-americana... com tarifas de 10% a 30% sobre aliados e até 60% sobre produtos chineses, Washington empurra parceiros a procurar alternativas. O Brasil pode ser beneficiário, oferecendo produtos agrícolas e minerais em condições competitivas e ocupando espaços deixados por fluxos interrompidos. Ao mesmo tempo, pode reforçar a sua ligação à Europa e à China, assumindo-se como ator que não depende exclusivamente dos Estados Unidos. A transição energética é talvez a área mais promissora... o caso recente da fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia mostra como estas cadeias globais são frágeis. Ao encerrar essa passagem, Varsóvia limitou drasticamente a circulação de mercadorias chinesas para a Europa...

O triângulo Brasil–China–Europa emerge assim como eixo decisivo. A China garante comércio e investimento. A Europa oferece normas, mercados e tecnologia. O Brasil tem escala, recursos e credibilidade. A Lusofonia amplia essa rede, criando proximidade cultural e confiança. Angola e Moçambique, com forte presença chinesa em infraestruturas, energia e telecomunicações, são exemplos de como o Brasil pode

articular fóruns trilaterais. Portugal pode ser ponto de entrada para a Europa. E os BRICS funcionam como espaço de coordenação política...

As perguntas que ficam em aberto são decisivas. Conseguirá o Brasil transformar minerais críticos em motores de inovação? Saberá usar a ferrovia bioceânica e outras infraestruturas para diversificar rotas e gerar valor local? Estará preparado para conciliar cibersegurança com abertura tecnológica no 5G? Conseguirá alinhar-se com as normas ambientais europeias sem excluir milhões de pequenos produtores? E poderá transformar a Lusofonia, articulada com a China e os BRICS, em instrumento de cooperação concreta e não apenas em memória cultural?...

巴西在亚洲设立了首个常驻领事机构——上海领事馆。这一看似遥远的举动，表明当时人们早已意识到，即便中国仍游离于西方主导体系之外，也必将成为重要的战略伙伴。一个半世纪后，这一预见被证实极具前瞻性：中国已成为世界工业中心，巴西则转型为关键的农产品和矿产资源供应国。这段历史渊源让我们理解到，双方对话绝非偶然，而是有着深厚的根基.....

今日巴西已是具有全球影响力的中等强国.....

而中国则将内部稳定建立在经济繁荣的逻辑之上.....在此框架下，巴西扮演着特殊供应国的角色。自2009年起，中国始终是其最大贸易伙伴.....核心挑战在于如何将这种需求转化为内生发展动力.....

由此形成的巴西-中国-欧洲三角关系正成为关键轴线：中国保障贸易与投资，欧洲提供标准、市场与技术，巴西则贡献规模体量、资源储备与国际信誉。葡语文化圈更拓展了这张关系网，缔造文化亲和力与信任基础。安哥拉和莫桑比克境内中国主导的基础设施、能源和电信项目，正是巴西可借鉴的三边合作范例。葡萄牙可作为进入欧洲的门户，金砖机制则成为政治协调平台.....

美国政策.....对盟友征收10%-30%的关税，对中国产品甚至课税60%，迫使各国寻求替代方案。巴西可借此机遇，以优越条件提供农矿产品，填补中断的供应链空缺。同时通过强化与欧洲和中国的联系，塑造不依附于美国的独立形象。能源转型或是潜力最大的领域.....近期波兰与白俄罗斯边境案例印证了全球供应链的脆弱性——华沙关闭通道后，中欧商品流通严重受阻.....

悬而未决的关键问题包括：巴西能否将关键矿产资源转化为创新引擎？能否借两洋铁路等基建项目优化物流网络并创造本地价值？如何在5G领域平衡网络安全与技术开放？能否在对接欧洲环保标准时不排斥数百万小农户？又能否将葡语圈与金砖机制结合，打造超越文化记忆的实质性合作平台？

Este texto nasce da minha participação, enquanto Diretor da CCILB – Câmara de Comércio Luso-Brasileira, como orador na V Conferência Internacional de Cooperação Portugal–China, na mesa-redonda com o tema “A Cooperação Portugal-China, no contexto da EU e do Sul Global, o Erguer do Brasil e da África”, realizada em 20 de novembro de 2024. A preparação para esse encontro obrigou-me a revisitar dados históricos, a procurar interpretações atuais e a observar com atenção tendências que vão muito além das nossas rotinas profissionais. O resultado é esta reflexão, que não pretende ser académica nem definitiva, mas sim um contributo honesto e informado para o debate sobre o papel do Brasil na geopolítica contemporânea, com especial enfoque na sua relação com a China e com a Europa.

É útil começar por recordar um dado histórico: em 1882, o Brasil criou em Xangai a sua primeira representação consular permanente na Ásia. Esse gesto, aparentemente distante, mostra como desde cedo havia a perceção de que a China, mesmo ainda afastada dos circuitos ocidentais dominantes, seria um parceiro estratégico. Um século e meio depois, essa aposta revelou-se profética. A China tornou-se o centro industrial do mundo, e o Brasil transformou-se num fornecedor de recursos agrícolas e minerais cruciais. A ligação histórica ajuda-nos a perceber que este diálogo não nasce de improviso, mas tem raízes profundas.

O Brasil de hoje é uma potência média com impacto global. A sua agricultura alimenta centenas de milhões de pessoas em vários continentes; a sua energia combina petróleo em águas profundas com hidroeletricidade e renováveis; as suas reservas incluem ferro, níquel, lítio e terras raras, que são a nova moeda estratégica da transição energética e da mobilidade elétrica. A Amazónia, com 10% da biodiversidade mundial, coloca o Brasil no centro das negociações climáticas. Estas características conferem ao país uma relevância que transcende a sua posição regional. No G20, no Mercosul, nos BRICS ou na ONU, o Brasil tem hoje uma voz que não pode ser ignorada.

A China, por seu lado, assenta a sua estabilidade interna na lógica da prosperidade económica. Deng Xiaoping compreendeu, nos anos 80, que bastava abrir espaço à liberdade económica para assegurar crescimento, desde que o Partido mantivesse o controlo político. A prosperidade tornou-se o cimento da estabilidade. Quando a procura

interna não basta, é o exterior que deve absorver a produção. Foi daí que surgiu a Iniciativa Cinturão e Rota: uma forma de manter a máquina industrial em marcha, projetando-a para além das fronteiras e construindo infraestruturas que garantam escoamento de produtos e acesso a matérias-primas.

Nesta lógica, o Brasil é fornecedor privilegiado. Desde 2009, a China é o seu maior parceiro comercial. Em 2000, a participação chinesa nas exportações brasileiras não chegava a 2%. Em 2010, já era superior a 15%. Em 2024, a China absorveu cerca de um terço de todas as exportações brasileiras, com destaque absoluto para o minério de ferro, a soja, o petróleo e a carne bovina. Nos primeiros meses de 2025, mais de 42 milhões de toneladas de soja seguiram para a China, mais do dobro do volume enviado para os Estados Unidos. Esta complementaridade gera ganhos claros, mas também dependência: uma decisão administrativa em Pequim pode alterar de um dia para o outro os fluxos comerciais do Brasil.

O desafio central é transformar essa procura em motor de desenvolvimento interno. Exportar matéria-prima é rentável, mas não gera inovação nem valor acrescentado. O Brasil deve negociar contrapartidas que permitam processar parte desses recursos no país, criar empregos qualificados e atrair tecnologia. O interesse chinês em minerais críticos é um campo promissor. O níquel, usado em baterias, já atraiu investimentos chineses significativos. O lítio, concentrado em Minas Gerais e no Nordeste, é cobiçado por fabricantes de veículos elétricos. As terras raras, ainda pouco exploradas, podem ser decisivas para a indústria eletrónica global. Se o Brasil conseguir atrair investimento em refinação e produção local de baterias, poderá dar um salto qualitativo. Caso contrário, arrisca-se a repetir o padrão histórico de exportar recursos brutos e importar produtos acabados.

A mobilidade elétrica ilustra este dilema. A BYD instalou no Brasil fábricas de autocarros elétricos e prepara a produção de veículos ligeiros, apostando em usar o país como plataforma para a América Latina. A Chery consolidou presença no mercado local. Para o Brasil, é uma oportunidade: integrar cadeias de produção globais, captar tecnologia e reduzir dependência do petróleo. Mas há riscos. Se a indústria automóvel se limitar a montar veículos chineses, sem transferência de conhecimento, o país ficará numa posição dependente. O objetivo deve ser outro: negociar centros de investigação, formar

engenheiros, criar clusters tecnológicos. Só assim a mobilidade elétrica deixará de ser importada para passar a ser parte do tecido produtivo brasileiro.

As infraestruturas são outro campo estratégico. A ferrovia bioceânica, pensada para ligar o Brasil ao Pacífico através do Peru, com saída no porto de Chancay, construído pela COSCO, pode encurtar prazos logísticos e diversificar rotas. Se concluída, permitirá ao Centro-Oeste brasileiro escoar grãos diretamente para a Ásia, sem depender do Canal do Panamá. Mas o projeto enfrenta obstáculos: financiamento, coordenação entre governos, impactos ambientais e resistência social. Outros investimentos mostram o mesmo padrão: capitais chineses em portos como São Luís, em terminais de Santos, em concessões aeroportuárias e até em redes elétricas. A presença chinesa é crescente e coerente: reduzir riscos logísticos, diversificar rotas, garantir acesso a matérias-primas e abrir espaço para empresas nacionais.

Mas o caso recente da fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia mostra como estas cadeias globais são frágeis. Ao encerrar essa passagem, Varsóvia limitou drasticamente a circulação de mercadorias chinesas para a Europa. Esta fronteira é central: cerca de 90% do transporte ferroviário entre a China e a União Europeia passa pela Bielorrússia e entra em território polaco, onde o centro logístico de Małaszewicze processa até 85% do tráfego com destino ao Ocidente. Em 2024, o valor das mercadorias transportadas por esta rota atingiu 25 mil milhões de euros, quase mais 85% do que no ano anterior. Em 2025, só até setembro, chegaram à Polónia mais de 227 mil contentores vindos da China, um aumento de 154% face ao ano anterior. O fecho da fronteira ameaça cadeias industriais europeias e fragiliza exportações chinesas que dependem desta ligação, afetando também gigantes do comércio eletrónico como a Temu e a Shein, que utilizam intensivamente este corredor. Este episódio mostra que a interdependência euro-asiática está sujeita a vulnerabilidades políticas, e reforça a importância de alternativas logísticas. Para o Brasil, significa que projetos como a ferrovia bioceânica e os portos atlânticos podem ganhar ainda mais valor, ao oferecer rotas seguras e previsíveis para fluxos comerciais que não podem depender de um único corredor terrestre.

No campo tecnológico, o 5G é um símbolo desta relação. Enquanto vários países ocidentais restringiram a Huawei, o Brasil manteve portas abertas. A Telefónica retirou equipamentos Huawei da Europa, mas não do Brasil, onde a rede já cobre mais de 60%

da população. O resultado é pragmático: acesso rápido a tecnologia competitiva. Mas levanta dilemas: como garantir cibersegurança? Como evitar dependência excessiva? O caminho está em normas claras, diversificação de fornecedores e auditorias independentes.

Do lado europeu, a relação é diferente. A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e aplica normas rigorosas. A nova regulamentação contra importações associadas à desflorestação obriga produtores a georreferenciar propriedades e a garantir rastreabilidade total. Para pequenos agricultores, isto pode ser um fardo; mas para o país, pode ser uma oportunidade. Cumprindo estas normas, o Brasil poderá vender a mercados de alto valor, destacando-se como fornecedor sustentável. Portugal e a Lusofonia acrescentam proximidade cultural e diplomática, tornando possível articular projetos triangulares: tecnologia europeia, escala brasileira e procura chinesa.

A política norte-americana acrescenta outra camada. Com tarifas de 10% a 30% sobre aliados e até 60% sobre produtos chineses, Washington empurra parceiros a procurar alternativas. O Brasil pode ser beneficiário, oferecendo produtos agrícolas e minerais em condições competitivas e ocupando espaços deixados por fluxos interrompidos. Ao mesmo tempo, pode reforçar a sua ligação à Europa e à China, assumindo-se como ator que não depende exclusivamente dos Estados Unidos.

A transição energética é talvez a área mais promissora. O Brasil tem condições únicas para se tornar exportador de hidrogénio verde. Projetos no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte já estão em fase de desenvolvimento. A Europa, pressionada por metas climáticas, procura fornecedores fiáveis. A China, interessada em energia limpa e tecnologia de baterias, vê no Brasil um parceiro complementar. Além disso, os biocombustíveis representam uma vantagem adicional: o etanol de cana, o biodiesel e, mais recentemente, os biocombustíveis de segunda geração colocam o país na vanguarda da descarbonização. O verdadeiro desafio é transformar esse potencial em realidade, gerando empregos, atraindo investimento e fortalecendo as cadeias de valor locais.

Neste contexto, a diplomacia brasileira ganha centralidade. O país mantém tradição de mediação e diálogo, valorizada tanto no Sul Global como no Ocidente. No G20, defende compromissos equilibrados sobre clima e comércio. No BRICS+, participa em debates sobre moeda comum e maior integração financeira. No Mercosul, procura conciliar

integração regional com acordos externos. Na ONU, mantém voz ativa em defesa do multilateralismo. Esta posição de mediador é um trunfo raro num mundo cada vez mais polarizado.

O triângulo Brasil–China–Europa emerge assim como eixo decisivo. A China garante comércio e investimento. A Europa oferece normas, mercados e tecnologia. O Brasil tem escala, recursos e credibilidade. A Lusofonia amplia essa rede, criando proximidade cultural e confiança. Angola e Moçambique, com forte presença chinesa em infraestruturas, energia e telecomunicações, são exemplos de como o Brasil pode articular fóruns trilaterais. Portugal pode ser ponto de entrada para a Europa. E os BRICS funcionam como espaço de coordenação política.

No entanto, este potencial depende de escolhas concretas. Se o Brasil aceitar ser apenas fornecedor de commodities, ficará preso a dependências externas. Se investir em tecnologia, inovação e cadeias de valor locais, poderá transformar recursos em desenvolvimento sustentável. A Europa e a China oferecem caminhos diferentes, mas complementares. A Europa exige sustentabilidade e rastreabilidade. A China garante procura e investimento. Cabe ao Brasil negociar, articular e não se deixar aprisionar por assimetrias.

Olhando para o futuro, é possível imaginar três cenários. Num cenário otimista, até 2035 o Brasil aproveita a procura chinesa, cumpre normas europeias, lidera em biocombustíveis e hidrogénio verde e torna-se polo de mobilidade elétrica. Num cenário intermédio, continua a exportar commodities em grande escala, mas com ganhos limitados em industrialização. Num cenário negativo, aumenta a dependência da China, perde acesso preferencial à Europa por incumprimento de normas ambientais e vê diminuir a sua autonomia. O desafio é escolher qual destes caminhos seguirá.

As perguntas que ficam em aberto são decisivas. Conseguirá o Brasil transformar minerais críticos em motores de inovação? Saberá usar a ferrovia bioceânica e outras infraestruturas para diversificar rotas e gerar valor local? Estará preparado para conciliar cibersegurança com abertura tecnológica no 5G? Conseguirá alinhar-se com as normas ambientais europeias sem excluir milhões de pequenos produtores? E poderá transformar

a Lusofonia, articulada com a China e os BRICS, em instrumento de cooperação concreta e não apenas em memória cultural?

Responder a estas questões exigirá ambição, pragmatismo e instituições sólidas. O Brasil tem recursos, escala e credibilidade. A relação com a China, articulada com a Europa e reforçada pela Lusofonia e pelo BRICS, pode ser a base de uma política externa mais autónoma e transformadora. Mas o tempo para decidir é agora: o mundo não espera, e as lacunas criadas serão sempre preenchidas por quem tiver capacidade de agir.